

**Poder Legislativo** 

Câmara de Vereadores do Município de Vilhena Palácio Vereador Nadir Ereno Graebin

**Vereadores Subscritores** 

MOÇÃO DE REPÚDIO № 06, DE 4 DE SETEMBRO DE 2023

AMARA MUNICIPAL DE VILHENA DIRETORIALEGISLATIVA

HI)RA.

Os vereadores subscritores desta, conforme artigo 133 do Regimento Interno, sugerem a manifestação da Câmara para REPUDIAR, por meio desta MOÇÃO, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF 442, que visa descriminalizar o aborto até 12 semanas de gestação.

## **JUSTIFICATIVA**

A Moção de Repúdio, se justifica por não ser uma proposta resultante de uma ação de toda a sociedade, ou pelo menos de sua grande maioria, mas de um Partido Político, o Partido Socialismo e Liberdade - PSOL, que propõe descriminalizar o aborto induzido e voluntário até o terceiro mês de gestação, sugere que os artigos do Código Penal que tratam o aborto como crime, sejam considerados inconstitucionais.

Entendemos que Executivo e Legislativo são representantes do povo, o Judiciário representa a Lei, não a vontade do povo, quando temos assuntos que afetam diretamente a coletividade, seria correto que fosse dado o direito à população de discutir e decidir sobre o que fazer, ai sim, leva-se em conta a vontade da maioria.

O direito a vida está intimamente ligado a dignidade da pessoa humana, é o pressuposto de todos os direitos e garantias individuais. O ordenamento Jurídico Brasileiro, na Carta Magna não protege apenas o direito à vida biológica, mas a vida com dignidade.

O direito à vida está intrínseco na existência da humanidade, isso pode ser observado dentro da concepção religiosa cristã, onde desde a época de Moisés, a ação de matar alguém é considerado pecado, explícito no 5º Mandamento da Lei de Deus "Não Matar".

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela III Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, assinada pelo Brasil no mesmo ano, tem em seu artigo 3º que "Todo ser humano tem direito a vida, a liberdade e à segurança pessoal".

No Brasil é Norma Constitucional, no artigo 5º fica claro a proteção a vida, posta como um direito e garantia fundamental, sendo um dos primeiros e mais importante direitos dos brasileiros e estrangeiros residentes no país.

A nossa Constituição diz quando se inicia a proteção do direito à vida, mas o Código Civil declara a extensão desse direito, no artigo 2º está previsto que a "personalidade civil da pessoa natural começa do nascimento com vida, mas a lei põe a salvo, desde a concepção, o direito do nascituro".

O Código Penal brasileiro desde de 1984 protege a vida desde sua concepção, criminaliza o aborto, considerando um crime contra a vida humana, o aborto só não é qualificado como crime, em caso de risco para a gestante, fetos anencefálicos e gravidez resultada de estupro.

Desciminalizar o aborto sem que se discuta várias questões que permeiam a vida em sociedade, é preocupante, pois podemos ter consequência irreparáveis.

O direito à vida é inviolável, portanto devemos dialogar, enquanto sociedade, sobre os rumos de questões tão importantes para a coletividade, isto é democracia.

Vilhena, 4 de setembro de 2023.

ZECA DA DISCOLÂNDIA

Vereador

Vereadora

ZEZINHO DA DISÁGUA

Vereador

NTO DAMASSA

Vereador

SON TABALIPA

Vereador

ZÉ DUDA

Vereador

TONINHO GONÇALVES

Vereador

DHONATAN PAGANI Vereador

PEDRINHO SANCHES

Vergador

Fontes:

www.jusbrasil.com.br/artigos/direito-a-vida-principio-e-fim/1122959637

Aborto - O que diz a lei | Jusbrasil

primero marifesto de direito a vidA - Pesquisar (bing.com)

